

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2004.
(Da Senhora Vanessa Grazziotin)

Solicita do Ministro das Cidades informações referentes às políticas sociais desenvolvidas por esse Ministério na região Norte.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2.º da Constituição Federal e 115, inciso I do Regimento Interno, requero de V. Ex^a. seja solicitado do Senhor Ministro das Cidades informações referentes às providências encaminhadas sobre as políticas sociais desenvolvidas por esse Ministério na região Norte.

Ainda no governo passado, o alto custo do modelo neoliberal foi questionado e cobrado por setores cada vez mais significativos da sociedade e, como resposta, foram desenvolvidos programas sociais voltados para educação, emprego e combate à pobreza, porém, para gozar os benefícios dos três programas sociais do governo FHC, o cidadão precisava ter emprego formal, registrado em carteira, condição essa atingida somente por 47% dos trabalhadores do país à época.

Fernando Henrique Cardoso liderou uma campanha oficial contra os direitos trabalhistas e ajudou o país a tornar-se o segundo pior do mundo em número absoluto de desempregados. Além disso, grande parte da força de mão-de-obra migrou para o setor informal como forma de fugir do desemprego. Porém, a grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas à repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos. Até os anos 1980, a informalidade complementava o trabalho nacional e cumpria o papel de criar um “colchão” que amortecia os efeitos do desemprego na sociedade.

Nos anos 80, a marca central do trabalho no Brasil era o assalariamento formal: de cada dez postos de trabalho criados, oito eram empregos assalariados,

sete com carteira assinada. Na década de 1990, de cada dez empregos criados somente dois eram assalariados e ainda sem registros em carteira. Ou seja, o desemprego e baixo rendimento salarial marcaram a última década, sobretudo no interior do país e nas periferias das grandes cidades.

Além disso, houve um atraso tecnológico com relação à privatização do setor de telecomunicações, a qual não mudou o ritmo de investimentos na telefonia, não desconcentrou os serviços, mas provocou um imenso déficit no comércio exterior do país, eliminando empregos e a criação de tecnologia nacional no setor.

No que diz respeito ao setor elétrico, o país tinha um dos melhores sistemas de energia elétrica do mundo e o plano de FHC de reformá-lo totalmente produziu um apagão de sete meses e um mercado atacadista de energia artificial que deixou uma conta de 24 bilhões de reais a ser paga pelos consumidores.

Assim, nos seus dois mandatos, FHC fez a dívida interna do país crescer de 100 bilhões de reais para mais de 700 bilhões de reais e a dívida externa saltar de 100 bilhões de dólares para cerca de 250 bilhões de dólares. A abertura acelerada e sem parâmetros ampliou ainda mais nossa vulnerabilidade externa. A produção foi desorganizada e setores inteiros foram desnacionalizados.

Tendo em vista que a política econômica neoliberal somente causou um desserviço ao país, fazendo valer os interesses mais preciosos do grande capital financeiro, ocasionando um verdadeiro desastre social, é que se fizeram necessárias a defesa e a aplicação de um novo projeto político para o Brasil e foi sob o signo da mudança que se configurou a histórica eleição de Lula.

O atual governo buscou alternativas com um novo projeto revestido de um caráter nacional, democrático, popular e progressista, buscando enfrentar com coragem a dependência externa, as altas de juros, as privatizações, a pressão dos mercados financeiros por mais lucros e os acordos internacionais que lesavam sua soberania.

De acordo com o documento intitulado “Ações do Governo Lula”, o plano estratégico de longo prazo do governo, concretizado no Plano Brasil de Todos (PPA 2004-2007), orientou as ações realizadas em 2003 – primeiro ano do

mandato. Toda a ação governamental perseguiu os objetivos traçados nesse plano estratégico, que visa a eliminar a fome, a miséria e a promover um desenvolvimento sustentado com equidade social.

Ou seja, o plano é destinado a promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira, tais como inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa, por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam o crescimento sustentado; fortalecimento da cidadania e da democracia.

Nesse sentido, solicita-se as seguintes informações:

- Relação dos projetos desenvolvidos pelo Ministério na região Norte com suas respectivas verbas, discriminando por estado e município, durante o governo Lula. Caso a relação acima solicitada seja muito extensa, favor enviar cópia em meio magnético; e
- Relação da situação atual dos projetos, resultados obtidos e dificuldade encontradas.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 2004.

**Deputada Vanessa Grazziotin
PCdoB/AM**